

MOARA

Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA

O ENSINO-APRENDIZAGEM DO ORALE OS PCN

William Augusto Fagundes Braun
Universidade Federal do Pará

RESUMO

Nesse artigo, o ensino-aprendizagem da língua oral é apresentado como forma de se alcançar a modificação da prática do ensino de língua materna pretendida pelos PCN. Procura-se ver de que modo a adoção deste objeto de ensino-aprendizagem pode constituir uma resposta para problemas crônicos do sistema educacional brasileiro. Além disso, vislumbra-se, no trabalho com a língua oral, a possibilidade de uma real articulação entre os objetivos do ensino fundamental e os objetivos da disciplina Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-aprendizagem de língua oral; objetivos do ensino fundamental; objetivos gerais e de ensino da Língua Portuguesa.

RÉSUMÉ

Dans cet article, on considère l'enseignement-apprentissage de la langue orale comme un moyen de modifier effectivement les pratiques d'enseignement en langue maternelle dans le sens envisagé par les PCN. On montre de quelle manière l'adoption de cet objet d'enseignement-apprentissage peut constituer une réponse à des problèmes chroniques dans le système scolaire brésilien et on examine, au travers du travail en langue orale, les possibilités d'articulation entre les objectifs généraux de l'enseignement "fondamental" et les objectifs de la discipline Langue Portugaise.

MOTS-CLÉS: Enseignement-apprentissage de l'oral; objectifs de l'enseignement « fondamental »; objectifs généraux et d'enseignement du Portugais.

O ensino de Língua Portuguesa ocupa, desde os anos 70, um lugar estratégico central no sistema educativo. Pois, segundo os PCN (1998, p. 17), ele é o eixo das discussões acerca do fracasso escolar das camadas populares. A prova cabal desse fracasso, os altos índices de evasão e repetência, é imputada a esse ensino, por não ter ele atentado para as "conseqüências profundas que a incorporação (pela escola) dos filhos das

camadas pobres implicava” (idem). É nesse sentido que Soares (1986, p. 6) afirma que “se vem ocorrendo uma progressiva democratização *do acesso à escola*, não tem igualmente ocorrido a democratização *da escola*. Nossa escola tem se mostrado incompetente para a educação das camadas populares, e essa incompetência, gerando o fracasso escolar, tem tido o grave efeito não só de acentuar as desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-las”.

Na base de todos esses questionamentos, está, de um lado, a manutenção do modelo escolar do ato de ensinar que privilegia a transmissão dogmática e formalista do saber, orientado, em Língua Portuguesa, pela perspectiva da gramática tradicional. De outro lado, está o anacronismo da escola, o paradoxo de uma instituição que deveria promover o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, mas permanece estagnada em um tempo que já não existe. Em um mundo dominado pela assombrosa expansão dos meios de comunicação, onde a circulação de informações se dá através de mídias cada vez mais eloqüentes aos olhos das pessoas, a escola tem de se contentar com os obsoletos quadro-negro e giz e com a exposição magistral do professor, a qual só serve para tornar mais abstrata a informação.

A escola ainda é vista tradicionalmente como um “local onde os alunos serão consumidores passivos de conhecimentos transmitidos pelos professores, considerados como únicos detentores do saber. E as relações com o conhecimento se dão de forma predeterminada, ou seja, já está definido o que será dado em relação aos conteúdos; os alunos têm, na maioria dos casos, aulas expositivas, em que cópias de textos e exercícios repetitivos para memorização são a tônica do trabalho escolar” (Ministério da Educação, 2002, p. 113). Para que essas representações sejam superadas, é absolutamente necessário desescolarizar a imagem amplamente consagrada de uma aula, cujo objetivo é, via de regra, a transmissão de informações, fórmulas, definições, conceitos; e onde prevalece o monólogo sobre o diálogo.

Consideramos que a adoção da língua oral como objeto de ensino-aprendizagem permite que a aula se abra ao debate e à discussão de temas que envolvam os interesses dos alunos. Dessa forma, a aula de língua materna funde-se com “a idéia de autoconhecimento, de conhecimento do outro e da ampliação da visão de mundo” (Ministério da Educação, 2002, p. 23), uma vez que é na interação que os interlocutores se constituem como sujeitos; cumpre também sua função de socialização ao viabilizar a possibilidade de integração dos indivíduos e ao colocar entre seus objetivos o desenvolvimento de competências ordinárias que ultrapassam em muito o universo escolar. A aprendizagem só adquire sentido e permanência quando garante ao aluno o aprimoramento da capacidade de expressar-se como indivíduo e cidadão.

É no desenvolvimento da capacidade de expressão da pessoa que queremos embasar o trabalho pedagógico com a língua oral, por entendermos que esse é o pré-requisito para “desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania”, como querem os PCN (1998, p. 7) para os objetivos do ensino fundamental.

O foco sobre o ensino-aprendizagem do oral pode ser um percurso privilegiado para que se alcance, de forma efetiva, a maioria dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa colocados pelos PCN, uma vez que está em perfeito acordo com a concepção de ensino-aprendizagem de língua materna adotada pelo documento, a saber: “o objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem é o conhecimento lingüístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Organizar situações de aprendizado supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar (...)”

(idem, p. 22). O documento destaca ainda que as atividades discursivas “que ocorrem no espaço escolar diferem das demais porque devem, necessariamente, tomar as dimensões discursiva e pragmática da linguagem como objeto de reflexão, de maneira explícita e organizada, de modo a construir, progressivamente, categorias explicativas de seu funcionamento” (p. 34).

Esses aspectos do ensino encontram também no trabalho com a língua oral um campo fértil para sua concretização. Muito se tem falado que o fracasso do ensino de Língua Portuguesa deve-se, em grande parte, ao fato de que a língua de referência utilizada pela escola é, em muitos pontos, distanciada da língua utilizada pelos alunos. Desenvolver a reflexão sobre a língua e seus usos, a partir da língua oral, ajuda a diminuir essa distância na medida em que a modalidade oral está muito mais próxima da experiência lingüística dos alunos. Essa consideração é ainda mais importante quando se trabalha com um público que se utiliza de uma variedade não padrão e cuja experiência lingüística é majoritariamente advinda da oralidade. Por isso, considerar o conhecimento que tem esse público sobre os usos que faz da língua oral é imprescindível para a articulação dos conteúdos de Língua Portuguesa, organizados pelos PCN a partir dos eixos

USO - REFLEXÃO - USO

O trabalho com o oral repercute, como vimos acima, sobre os objetivos do ensino fundamental, na medida em que amplia a perspectiva da ação pedagógica ao lidar mais diretamente com aspectos implicados na vida social. Pois, falar com acerto significa saber utilizar o diálogo como forma de atuar sobre o mundo, mediando conflitos e negociando interesses. Aprender a dialogar é aprender a expressar seu ponto de vista, respeitando o ponto de vista e o direito de expressão do outro. Desse modo, como disse Jost (1993, p. 61), “*le cours d’expression orale comporte, au-delà de ses*

dimensions techniques, un enjeu proprement éthique”. O que torna o trabalho com a língua oral uma via de acesso à concretização de uma “revolução profunda nas propostas curriculares para a EJA¹” (Ministério da Educação, 2002, p. 118). De fato, possibilita o estabelecimento de um novo contrato didático, fundado no diálogo, que explicita para os alunos o que devem esperar de um trabalho em língua materna, o que devem esperar do trabalho do professor e o que se espera deles, alunos, como participantes do trabalho com a língua.

Um ponto de partida em EJA: conceber o objetivo do ensino-aprendizagem de língua oral como meio de desenvolvimento de estratégias de sobrevivência em ambiente lingüístico hostil.

REFERÊNCIAS

- DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. *Pour un enseignement de l’oral. Initiations aux genres formels à l’école*. Paris: ESF, 1998.
- JOST, Jacqueline. *L’expression orale comme apprentissage de la relation à l’autre. Proposition d’une progression d’exercices*. In: *Enjeux*, n° 29, juin 1993.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série. Brasília: SEF, 1997.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série. Brasília: SEF, 1998.
- _____. (a). Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos – Segundo Segmento. Brasília: SEF, 2002.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola. Uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.

¹ Educação de Jovens e Adultos.